

MINUTA DA ATA n.º 14/2012

Minuta da Ata da reunião extraordinária da Câmara Municipal de Vila Real de Santo António, realizada no dia 21 DE JUNHO DE 2012.

*Aos vinte e um dias do mês de junho de 2012, em Vila Real de Santo António, na Sala de Atos da Casa da Câmara de Vila Real de Santo António, encontrando-se presente o Excelentíssimo Senhor Presidente da mesma Câmara, **Luís Filipe Soromenho Gomes**, comigo, Francisco José Leiria Sabino, Chefe da Divisão de Atividades Económicas, compareceram, pelas 09.15 horas, o Sr. Vice-Presidente, **José Carlos Barros**, e os Srs. Vereadores **Maria da Conceição Cipriano Cabrita**, **João Manuel Lopes Rodrigues**, **Francisco José Cristo da Palma**, **Silvia Duro Lopes Gomes Madeira** e **Jovita de Fátima Romano Ladeira**, a fim de se realizar a reunião extraordinária a que se refere o artigo 63º. da Lei n.º 169/99, de dezoito de setembro.*

ABERTURA DA REUNIÃO: - *Verificando-se a presença da totalidade dos membros da Câmara Municipal, o Senhor Presidente declarou aberta a reunião, com a seguinte Ordem do Dia:*

- **RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**
- **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVACÃO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO;**
- **APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A CRIAÇÃO DA TAXA TURISTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO;**
- **PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO - OCUPAÇÃO COM ESPLANADAS E EXPOSITORES EM MONTE GORDO;**
- **INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGISTO DO ALOJAMENTO LOCAL.**

RENOVAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PARA A REALIZAÇÃO DE ESTUDOS ESTATÍSTICOS - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira, não pondo em causa a qualidade do trabalho desenvolvido pelo Instituto nem a relação de trabalho que se desenvolve há muitos anos, referiu que, atendendo que o Município de Vila Real de Santo António está em desequilíbrio financeiro e que é necessário rigor, o valor lhe parece muito elevado, pelo que se deveria prescindir da renovação da prestação de serviços. Solicitou que lhe fosse facultado um parecer jurídico face ao enquadramento legal da proposta, nomeadamente da Lei 8/2012, de 21 de junho.

O Sr. Presidente explicou que o valor a pagar ao Instituto é muito inferior ao que se está a pagar atualmente.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para a renovar o contrato de prestação de serviços de análise e atualização de dados estatísticos e de publicação de estudos, que tem vindo a ser realizado no último ano pelo IERU, nomeadamente, a elaboração do boletim estatístico e o desenvolvimento do observatório económico e social, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia municipal, quando envolvam entidades da administração local, documento que faz parte integrante da presente ata.

Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira foi formulada a seguinte Declaração de Voto: “O voto foi baseado nos pressupostos aludidos aquando da discussão do ponto”.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE APOIO JURÍDICO AO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO – RENOVAÇÃO - PEDIDO DE PARECER PRÉVIO VINCULATIVO.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira, não pondo em causa a qualidade do trabalho desenvolvido pela Jurista nem a relação de trabalho que se desenvolve há muitos anos, referiu que, atendendo que o Município de Vila Real de Santo António está em desequilíbrio financeiro e que é necessário rigor, o valor lhe parece muito elevado.

Solicitou ainda que lhe fosse facultado um parecer jurídico face ao enquadramento legal da proposta, nomeadamente da Lei 8/2012, de 21 de junho.

= A Câmara deliberou, por maioria, com a abstenção da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser emitido o parecer previsto nos n.ºs 4 e 8 do artigo 26.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, para renovar o contrato de prestação de serviços de apoio jurídico ao Município de Vila Real de Santo António, serviços de finanças e outros, pela empresa Paula Figueiredo e Isabel Santos – Sociedade de Advogados, R.L., pelo período de um ano, conforme a cláusula 3.ª do Contrato de Prestação de Serviços 13/2011, de 26 de abril de 2011, e submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no cumprimento do n.º 1 do artigo 6.º da Lei de n.º 8/2012 de 21 de fevereiro, que obriga que a assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, está sujeita a autorização prévia da Assembleia Municipal, quando envolvam entidades da administração local, documento que faz parte integrante da presente ata.

Pela Sra. Vereadora Jovita Ladeira, foi formulada a seguinte Declaração de Voto: “O voto foi baseado nos pressupostos aludidos aquando da discussão do ponto”.

APROVAÇÃO DO REGULAMENTO PARA A CRIAÇÃO DA TAXA TURÍSTICA DO MUNICÍPIO DE VILA REAL DE SANTO ANTÓNIO.

A Sra. Vereadora Jovita Ladeira referiu que, atendendo à conjuntura que passam as famílias, nomeadamente pela redução dos rendimentos e aumentos de impostos, o lançamento da Taxa Turística pode penalizar o turismo no Concelho. Tem receio que a Taxa, por provocar aumento dos preços, possa causar o desvio de turistas do nosso Concelho para outros Concelhos, prejudicando ainda mais a situação económica dos hoteleiros locais e, conseqüentemente, levando ao aumento do desemprego. Propôs que se estude o impacto que esta taxa trará para a economia local e questionou se os hoteleiros foram ouvidos.

O Sr. Presidente comunicou que os hoteleiros seriam ouvidos no período de discussão pública, após a deliberação da Assembleia Municipal. Disse que se trata apenas de um euro por pessoa, por noite, pelo que lhe parece um esforço diminuto para as famílias. Porém, no final, a receita para a Câmara Municipal poderá ser significativa, contribuindo para a dinamização de um turismo de qualidade.

= A Câmara deliberou, por maioria, com o voto contra da Sra. Vereadora Jovita Ladeira, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a aprovação do regulamento para a criação da denominada Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António, de acordo com o Regulamento específico que cria e rege esta taxa, e submeter a versão provisória do regulamento da Taxa Turística do Município de Vila Real de Santo António à aprovação da Assembleia Municipal, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

PLANO DE ORDENAMENTO DO ESPAÇO PÚBLICO - OCUPAÇÃO COM ESPLANADAS E EXPOSITORES EM MONTE GORDO.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Vice-Presidente, José Carlos Barros, no sentido de ser aprovado o Plano de ordenamento do espaço público - Ocupação com esplanadas e expositores em Monte Gordo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

INCREMENTO DA COMPETITIVIDADE TURÍSTICA DO CONCELHO ATRAVÉS DA REDUÇÃO DAS TAXAS APLICÁVEIS NO ÂMBITO DO REGISTO DO ALOJAMENTO LOCAL.

= A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a Proposta do Sr. Presidente, no sentido de ser autorizada a redução de 70% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia igual ou inferior a “T2”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; a redução de 60% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia entre “T3” e “T5”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; a redução de 50% no valor das taxas cobradas pela entrada e apreciação de pedido de registo de alojamento local e da correspondente vistoria em imóveis de tipologia superior a “T5”, desde a sua aprovação em Assembleia Municipal até ao final do ano de 2012; e submeter à Assembleia Municipal para apreciação e deliberação, nos termos gerais do direito administrativo, documentos que constituem parte integrante da presente ata.

ATA DA REUNIÃO: - A Câmara deliberou, por unanimidade dos membros presentes e ao abrigo do n.º 3 do artigo 92º. da Lei n.º. 169/99, de 18 de setembro, depois de lida e achada conforme, aprovar em minuta a ata da presente reunião.

ENCERRAMENTO DA REUNIÃO: - E nada mais havendo a tratar, foi pelo Senhor Presidente declarada encerrada a reunião, pelas 09.45 horas.

E de tudo para constar se lavrou a presente ata que está conforme a minuta aprovada no final da mesma e vai ser devidamente assinada.

E eu, _____, Chefe de Divisão de Atividades Económicas, a redigi, subscrevo e assino.
